

KUPFER, D. Trajetória “Trunca”. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 26/07/2006.

Trajetória “Trunca”

26/07/2006

O desenvolvimento setorial da produção industrial é um processo que contempla transformações em duas direções simultâneas. Uma primeira direção está no plano inter-industrial: espera-se que o desenvolvimento econômico se faça acompanhar de mudanças na composição setorial do valor produzido e do emprego em favor de um aumento do peso dos setores com maior conteúdo tecnológico, maior dinamismo no mercado e maior capacidade de geração de renda e riqueza. A outra direção circunscreve-se ao plano intra-industrial, relacionada às mudanças na organização da produção e na capacitação tecnológica das empresas. Nessa dimensão estão contidas as linhas básicas do processo de modernização empresarial que costuma caracterizar o desenvolvimento setorial da produção.

Uma imagem extremamente rica dessa noção de desenvolvimento é atribuída ao historiador Fernand Braudel. Esse autor defende a idéia de que o desenvolvimento é uma corrida de revezamento em que o bastão é um conjunto de tecnologias e instituições chave que se sucedem ao longo dos ciclos históricos. Nessa perspectiva, promover o desenvolvimento setorial da indústria corresponde a mobilizar os recursos produtivos e institucionais requeridos e capacitar os agentes econômicos para viabilizar a mudança estrutural em direção as tecnologias chave de cada era.

Nessa linha de reflexão, a onda correspondente a esse fim de século XX e início do século XXI estaria relacionada à introdução e rápida difusão de um conjunto de tecnologias indiferenciadas, dentre as quais despontam a microeletrônica, as tecnologias de informação e comunicação, as nanotecnologias e outras. O traço comum dessas tecnologias é que elas envolvem, simultaneamente, o esforço de mudança inter-industrial (a criação de novos setores produtivos associados ao hardware, ao software, a novos materiais construtivos, etc..) e intra-industrial (o aprendizado e a acumulação de competências nas empresas para a incorporação de novos processos produtivos e novos produtos) e cuja ausência pode causar uma certa incapacidade das empresas em redefinir suas posições competitivas e implicar rigidez da estrutura industrial.

Em economias que seguem trajetórias evolutivas normais, progressivas, espera-se que inovações introduzidas por uma ou mais empresas líderes sejam replicadas rapidamente pelas empresas seguidoras. Essas últimas, ao dispararem pro-ativamente os procedimentos de imitação, asseguram que a difusão das novas tecnologias se complete em um intervalo breve de tempo. Daí surge o estímulo para que um novo ciclo de inovações seja introduzido pelas empresas líderes, realimentando o dinamismo tecnológico de toda a estrutura produtiva. No entanto, pode prevalecer uma outra trajetória, na qual a difusão das inovações associadas a uma onda de modernização industrial ocorra com grande lentidão. Nessa trajetória, as empresas seguidoras se engajam na absorção das inovações modernizantes com grande defasagem temporal. Como agravante, pode ainda existir um terceiro conjunto de empresas que sequer consegue capacitar-se para as novas tecnologias, permanecendo alijadas do processo de modernização. Como resultado, o tempo de difusão das inovações torna-se ainda mais longo, comprometendo o próprio

desenvolvimento econômico. Essa é a essência da trajetória de desenvolvimento “trunca”, em referência às idéias de Fernando Fajnzylber, economista da Cepal que escreveu, ainda em 1984, o livro “La Industrialización Trunca de América Latina”. Nesse livro, o autor explora as conseqüências negativas da incapacidade dos setores de bens de capital local em constituírem o pólo dinâmico dessas economias, em função tanto do baixo peso relativo que ocupam na estrutura produtiva quanto pela dificuldade em assegurar um fluxo adequado de inovações para a indústria.

Passados mais de vinte anos, o fato é que a trajetória “trunca” de Fajnzylber ainda é a melhor descrição do processo de desenvolvimento industrial brasileiro. Isso ocorre porque uma das características mais marcantes da economia brasileira desde o início da década de 1980 é a reduzida taxa de investimento em ativos tangíveis e mais ainda em intangíveis. Enquanto durante esse período a formação bruta de capital em países emergentes asiáticos vem superando a casa dos 30% do PIB, no Brasil esse indicador raramente conseguiu superar o limiar de 20% do PIB. Apenas no triênio 1995-1997 e, mais recentemente, em 2004, a taxa de investimento mostrou um comportamento mais animador. Não por acaso, foram anos de excelente comportamento da demanda interna, no primeiro caso devido ao efeito-renda decorrente da estabilização da inflação e ao retorno do crédito e no segundo caso devido a uma certa recuperação da massa salarial e, principalmente, ao aprofundamento do crédito promovido pelas novas modalidades de empréstimos consignados.

Nunca é demais lembrar que enquanto os bons ventos do triênio pós-real foram interrompidos pela inconsistência macroeconômica do modelo de estabilização baseado em crescente vulnerabilidade externa, a principal causa da interrupção do crescimento em 2005 foi a política macroeconômica, profundamente equivocada, de elevação da taxa básica de juros e de apreciação cambial então praticada. Esse ambiente macroeconômico hostil que subsiste na economia brasileira traduz-se, na prática, em um regime competitivo que desfavorece os setores com maior conteúdo tecnológico, relacionados a produtos diferenciados, obtidos por meio de tecnologias cujo acesso exige um maior investimento em P&D por parte das empresas interessadas.

O preço cobrado ao desenvolvimento industrial por tantos anos de baixo dinamismo do mercado interno vem sendo enorme. Isso porque as grandes mudanças tecnológicas normalmente ocorrem com a implantação de fábricas novas, baseadas em projetos novos, instalações novas, equipamentos novos, sistemas gerenciais novos, etc. Certo é que enquanto as condições macro e microeconômicas favoráveis para a realização desses investimentos não se fizerem presentes será muito difícil a passagem do bastão.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ – www.ie.ufrj.br/gic - gic@ie.ufrj.br)